

ATA DA 039ª SESSÃO ORDINÁRIA DA  
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA  
REALIZADA EM 24 DE ABRIL DE 2012  
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Ciro Roza - Dado Cherem - Dieter Janssen - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

## SUMÁRIO

### Breves Comunicações

**DEPUTADA ANA PAULA LIMA** - Reporta-se a obras do governo federal para Santa Catarina.

**DEPUTADO KENNEDY NUNES** - Defende os bombeiros voluntários.

**DEPUTADO ALTAIR GUIDI** - Aborda a qualidade da educação.

### Partidos Políticos

**DEPUTADO DARCI DE MATOS** - Manifesta-se a respeito do Corpo de Bombeiros Voluntários.

**DEPUTADO ALDO SCHNEIDER** - Registra o aniversário do PMDB.

**DEPUTADO RENO CARAMORI** - Defende os bombeiros voluntários.

**DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI** - Manifesta apoio aos professores em greve.

**DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES** - Posiciona-se a respeito da PEC n. 0001.

### **Explicação Pessoal**

**DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES** - Reporta-se aos bombeiros voluntários.

**DEPUTADO DIRCEU DRESCH** - Cumprimenta o PMDB; faz relato de viagem à Argentina.

**DEPUTADO DADO CHEREM** (pela ordem) - Manifesta pesar pelo falecimento do desembargador Solon D'Eça Neves; parabeniza o PMDB pelo aniversário.

**DEPUTADA ANA PAULA LIMA** (pela ordem) - Manifesta pesar pelo falecimento do desembargador Solon D'Eça Neves; parabeniza o PMDB pelo aniversário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Registramos a presença dos alunos da Escola Estadual Marechal Luz, do município de Jaguaruna, terra do meu amigo Tibúrcio, ex-prefeito, que estão acompanhados da professora Jane.

Espero que vocês possam levar daqui bons exemplos para aplicarem no futuro, já que são jovens ainda.

Muito obrigado pela presença e sejam todos bem-vindos!

Passaremos às Breves Comunicações.

Inscrita para falar, em primeiro lugar, a deputada Ana Paula Lima, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, srs. deputados, um cumprimento muito especial a essa juventude da Escola de Educação Básica Marechal Luz, que está nesta Casa hoje, sr. presidente, para reivindicar a defesa do piso nacional na carreira do Magistério de Santa Catarina. Muito bem-vindos à Assembleia Legislativa.

Srs. parlamentares, participei na semana passada de alguns eventos que comprovam o compromisso da nossa presidenta Dilma Rousseff com a população do estado de Santa Catarina e digo que compreendo os motivos que a fazem possuir altos índices de popularidade no estado e no país. São atitudes como a redução de juros que vão ao encontro dos anseios de toda a população que garantem o apoio da sociedade à nossa presidenta Dilma Rousseff.

Também compreendo, srs. parlamentares e público catarinense, o porquê de o Partido dos Trabalhadores ser o preferido do povo brasileiro, com 38% da preferência popular. Para vocês perceberem a dimensão desse número, o segundo lugar tem apenas 4%. Não são dados meus, não são dados do Partido dos Trabalhadores, são dados de uma pesquisa realizada no Brasil. Além disso, o ex-presidente Lula e a presidenta Dilma são os favoritos, segundo a pesquisa, para uma eleição que ainda está muito longe, a eleição de 2014.

Vivemos hoje um novo Brasil, um Brasil diferenciado, um Brasil que respeita homens e mulheres, com um governo que está melhorando muito a vida de brasileiros e brasileiras.

Na semana passada, aqui na capital de Santa Catarina, houve a assinatura de contratos da Casan com o ministério das Cidades e com a Caixa Econômica Federal, quando foram empenhados mais de R\$ 400 milhões para a realização de obras de saneamento básico. Com esses recursos o governo federal está investindo na captação de água e no tratamento de esgoto mais de R\$ 2 bilhões em nosso estado. Esse valor, o maior investimento em saneamento básico da história de Santa Catarina, é fruto da ação do ex-presidente Luiz Inácio Lula da

Silva, que disponibilizou a todos os municípios do nosso país, de todos os estados, recursos que na verdade salvam vidas. A cada real investido em saneamento, deputado Jailson Lima, v.exa. que é médico sabe disso, economizamos R\$ 4,00 na área da saúde.

Na semana passada também acompanhamos na comissão de Finanças e Tributação a apresentação dos secretários de estado da Infraestrutura, deputado Valdir Cobalchini, da Fazenda, Nelson Serpa, e da Administração, Milton Martini, de um projeto do governo do estado que tem investimentos federais, o Projeto Caminhos da Modernidade, a ser financiado quase na sua integralidade pelo BNDES, no valor de R\$ 611 milhões. Três ações estão previstas: a recuperação das rodovias estaduais, a prevenção de desastres naturais e a criação de uma rede de fibra ótica para garantir *internet* e telefone a toda a população catarinense.

Em relação às rodovias, é inegável o abandono e a ausência de investimentos nos últimos anos. Deputado Ismael dos Santos, v.exa., assim como eu, trafega diuturnamente pela SC-470, a rodovia Jorge Lacerda, que vai de Blumenau a Itajaí, e cobra, como eu, investimentos na mais importante rodovia estadual. Por isso esperamos que essa rodovia esteja contemplada nesse projeto e seja recuperada em toda a sua extensão.

Também a criação de uma rede de fibra ótica merece a nossa reflexão, como parlamentares, deputado Sargento Amauri Soares, porque somos nós que iremos aprovar ou não esse projeto de investimentos.

Em primeiro lugar, são inegáveis as reclamações de toda a sociedade catarinense sobre a questão da *internet* e da telefonia, deputado Ismael dos Santos. Por isso estaremos realizando, no próximo dia 21 de maio, com as comissões de Trabalho e Serviço Público e do Mercosul, uma audiência pública na Câmara de Vereadores de Blumenau, para discutir a questão da telefonia.

É necessário também que sejam instaladas antenas em Blumenau, nos bairros da Velha, da Itoupava, da Vila Itoupava. As reclamações são

inúmeras também no médio vale do Itajaí, na foz do rio Itajaí e no litoral catarinense, tanto no campo, aonde o sinal não chega, quanto nas áreas urbanas, onde o serviço continua de péssima qualidade. E podemos verificar pelo Procon que a maioria das denúncias é a respeito da nossa telefonia. Em Blumenau, milhares de famílias ainda estão privadas do uso do celular e da *internet*, a exemplo, como falei, dos bairros da Velha, Grande Garcia, Vila Itoupava e demais Itoupavas, pois são grandes e constantes as reclamações.

Tenho acompanhado, da mesma forma, o trabalho das comissões de Serviço Público e do Mercosul, que realizaram audiências para debater com a Anatel e as operadoras a melhoria dos serviços prestados aos catarinenses. Assim sendo, participei da comissão de Trabalho e Serviço Público para que fosse marcada uma audiência pública em Blumenau, que foi aprovada no dia de hoje, que acontecerá no próximo dia 21 de maio, na Câmara de Vereadores, para cobrarmos dos responsáveis pelos planos de investimento o atendimento às demandas da nossa gente.

O terceiro setor de investimentos do projeto Caminhos da Modernidade será a prevenção de desastres naturais, porque, srs. deputados, desde 2008 estamos vivenciando em Santa Catarina e também no país desastres naturais para os quais precisamos estar atentos.

A omissão durante décadas nos levou a tragédias ambientais que destruíram vidas, famílias, casas e acabaram com o sonho de milhares de pessoas. Temos cobrado sistematicamente, ao longo dos últimos anos, políticas e investimentos estruturantes na prevenção de catástrofes e enchentes no vale do Itajaí. Acompanhamos todos os passos na elaboração do projeto de prevenção e mitigação de desastres na bacia do rio Itajaí, através do Comitê da Bacia do Rio Itajaí, na qual represento o Parlamento catarinense.

Finalmente, temos um conjunto de obras a serem executadas, numa parceria entre o governo do estado e o governo de nossa presidenta Dilma Rousseff, obras essas que farão a diferença na

história de Santa Catarina. Na primeira etapa serão investidos R\$ 512 milhões, sendo R\$ 61 milhões do estado e R\$ 451 milhões do governo federal, entre recursos próprios e do BNDES.

Ninguém melhor, srs. parlamentares, do que as pessoas, as instituições, os pesquisadores, os técnicos da nossa Blumenau e da região, que vivem e sentem o drama das enchentes e enxurradas, para elaborar um estudo geomorfológico do rio Itajaí, proposto pelo comitê, para o qual, inclusive, alocamos recursos no Orçamento, para sabermos a real velocidade e os motivos que levam ao desbarrancamento de suas margens.

Era isso o que tinha a dizer, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Muito obrigada, deputada.

O próximo orador inscrito é o deputado Kennedy Nunes, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada, público que nos acompanha pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital, quero fazer um registro especial acerca de toda a representação de Joinville aqui presente: vários vereadores, o presidente da Acij, Udo Döhler, o presidente da Ajorpeme, Gean Marques Correa, o presidente da CDL, da Comac e vários outros. Ou seja, os 550 mil joinvilenses estão aqui representados não somente por mim e pelo deputado Darci de Matos, mas pelas pessoas que citamos.

Todos vieram aqui, deputado Elizeu Mattos, dizer uma coisa. E a palavra que está na boca de todos os joinvilenses: não abrimos mão do trabalho excelente de agora e de quase 120 anos do Corpo de Bombeiros Voluntários de Joinville, que atende a uma comunidade inteira.

Entendemos que aprovaremos algo muito sério, após discutirmos na comissão e no plenário a PEC n. 0001, que coloca de forma muito clara no seu texto a possibilidade de o prefeito escolher entre o Corpo de Bombeiros Militar e os Bombeiros Voluntários na questão dos convênios destinados a amparar a realização de aprovações prévias dos

estabelecimentos com relação a combate de incêndios.

É muito clara e tranquila a discussão, deputado Sargento Amauri Soares. Entendo sua posição perfeitamente, até porque não poderia ser diferente, mas os deputados Altair Guidi, Edison Andrino, Neodi Saretta e Reno Caramori entendem que a responsabilidade do "habite-se" é da prefeitura. Se alguém quer entrar na Justiça, deputado Ismael dos Santos, para ser ressarcido de alguma coisa com relação à aprovação desses projetos, não irá entrar contra os Bombeiros Voluntários ou Militar, irá entrar contra a prefeitura, porque é ela que dá o alvará. Portanto, se o Executivo Municipal tem a responsabilidade jurídica de tomar essa decisão, por que não podemos dar-lhe também o poder de decidir com quem irá conveniar?

Quando recebi todos em meu gabinete, percebi que são duas alegações do Corpo de Bombeiros Militar das quais não cabem discussão: colocar em dúvida o trabalho sério e honesto de todas as instituições, sejam elas públicas ou privadas. Se for para colocar em dúvida a credibilidade, temos que colocar a dos outros também. Não dá para dizer que somente o Corpo de Bombeiros Militar é honesto porque é uma instituição estatal, já que infelizmente a corrupção neste país está generalizada. Agora, não podemos aceitar o argumento de que os Bombeiros Voluntários estejam mais suscetíveis à corrupção porque não são órgãos de estado. É uma baixaria dizer isso!

Outra questão que entendo ser descabida é com relação ao preparo técnico das pessoas que vão fazer as vistorias. Não é porque o bombeiro militar tem poder de polícia e veste farda, que tem mais qualificação do que o bombeiro voluntário. A lei não é feita nem pelo militar nem pelo civil. Quem vai vistoriar, quem vai fiscalizar deve saber o que a lei diz e saber cobrar o seu cumprimento.

Também perguntei ao comandante do Corpo de Bombeiros Militar que veio falar comigo qual a qualificação do seu efetivo e se ela é maior do

que a qualificação dos Bombeiros Voluntários. Não é diferente, porque não existe qualificação específica nessa área.

Então, são dois argumentos que caem por si. E já anunciei aqui, com relação ao meu voto favorável à PEC, que precisamos evoluir um pouco e não só nessa proposta de emenda constitucional, mas também com relação ao art. 18 da Constituição Estadual. Precisamos procurar o caminho da excelência jurídica para deixar todos trabalhando na extrema legalidade.

Estou há cinco anos nesta Casa e nesses cinco últimos anos, deputada Dirce Heiderscheidt, esse assunto vem à tona com frequência. Então, temos que acabar de vez com isso, mas não acabando com uma corporação, mas optando por uma decisão sábia.

Alguém comentou comigo numa das reuniões que determinada prescrição estava na lei e que não a poderíamos mudar. Eu respondi que somos deputados e fomos eleitos justamente para legislar. Assim, a lei que não está adequada deve ser por nós mudada, pois temos autoridade para isso! Não são os bombeiros militares nem os bombeiros voluntários que podem mudar a lei! Quem pode e deve mudar a lei é este Parlamento. Somos nós que podemos mudar!

Então, vamos, sim, sempre que necessário, propor a melhoria das leis para que não haja instabilidade jurídica num serviço que está sendo feito com responsabilidade e com zelo pelos nossos Bombeiros Voluntários.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Concedo um aparte ao deputado Nilson Gonçalves.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Deputado Kennedy Nunes, quero fazer apenas um registro, uma vez que a minha inscrição provavelmente é para depois da Ordem do Dia.

Gostaria de fazer dois registros, e o primeiro deles é sobre a questão dos Bombeiros Voluntários em Santa Catarina. Antes da sua criação do Corpo de Bombeiros Militar em Santa Catarina, os Bombeiros Voluntários eram competentes, davam

conta do recado tranquilamente, tinham competência para tudo. Depois que foi criado o Corpo de Bombeiros Militar, como que num passe de mágica os Bombeiros Voluntários passaram a não ter competência para nada. Isso é uma coisa para refletir.

A outra questão que quero deixar registrada na Casa é a imensa satisfação que tenho em ver hoje, na Assembleia Legislativa, um número tão expressivo de autoridades, de pessoas representativas da sociedade do município de Joinville: o presidente da Câmara Municipal, o presidente da Acij, o presidente da Ajorpeme, vereadores, empresários.

Isso é reconfortante, porque até agora estávamos recebendo uma verdadeira avalanche de ofícios com pressão de toda ordem, por conta da não-aprovação da PEC. Assim, sinto-me confortável em ver que há um sentimento também de solidariedade em relação aos Bombeiros Voluntários, uma corporação que teve início no município de Joinville.

Acho que teremos nesta Casa, no dia 8, a votação, e vou pedir mais uma vez que a comitiva de Joinville e da região venha a esta Casa testemunhar o que vai acontecer neste plenário com relação a essa PEC. Quero deixar bem claro que tenho trabalhado tanto para os bombeiros voluntários como para os militares em Santa Catarina o tempo inteiro. E não vai ser diferente agora.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Deputado, v.exa. falou muito bem que aqui não existem derrotados e vencedores. Não pode existir o sentimento de derrotados ou vencedores. Precisa haver o mesmo sentimento que os bombeiros voluntários, comunitários e militares têm ao salvar uma vida. O nosso trabalho aqui é salvar vidas, sem vaidades, sem derrotados e sem vencedores, mas com a crença no trabalho desenvolvido.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Gostaria de registrar e agradecer a presença dos empresários de Joinville, de Concórdia, do presidente do Corpo de Bombeiros Voluntários de Joinville, de Concórdia e de outros municípios. Temos certeza de que comungam do nosso pensamento, porque os deputados querem a segurança dos catarinenses.

Por isso agradecemos a presença dos senhores e, como dizemos sempre, os 120 anos dos Bombeiros Voluntários representam muito para Santa Catarina e para o Brasil.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Altair Guidi, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ALTAIR GUIDI - Sr. presidente, quero fazer minhas as suas palavras sobre o problema do Corpo de Bombeiros Voluntários, porque elas vêm ao encontro do que sentimos.

(Passa a ler.)

"Hoje pela manhã dei continuidade a um trabalho que já fiz em duas outras oportunidades sobre a qualidade da educação. Apresentei algumas conclusões anotadas pelos consultores da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico, quando da avaliação do nosso sistema educacional. Elas são pouco lisonjeiras e deveriam merecer o máximo de atenção dos gestores da educação pública de Santa Catarina. Agora, quero referir-me ao personagem mais importante num processo de aprendizagem: o professor.

Até por razões familiares, tenho um profundo respeito pela profissão e pela classe dos professores. Mas, como ocorre em todos os segmentos sociais, ao lado de excelentes profissionais há também aqueles que pouco dignificam o seu trabalho. Num processo de aprendizagem, o mau professor é uma verdadeira tragédia.

O articulista Cláudio de Moura Castro, em artigo publicado na revista *Veja*, edição de 8 de fevereiro de 2012, destaca que uma pesquisa feita nos Estados Unidos concluiu que ter um mau professor por três anos causa o mesmo dano que faltar a 40% das aulas. No mesmo artigo, ele

informa que em Nova York, dada a impossibilidade de demitir professores, a prefeitura exclui os piores das salas de aula e coloca-os num salão enorme onde eles ficam conversando ou fazendo palavras cruzadas. E conclui o articulista: 'Em todo o continente é quase impossível despedir professores, mesmo que fraquíssimos. A exceção é Cuba, onde isso ocorre com regularidade. Será por isso que Cuba tem a melhor educação da América Latina?'

No Brasil são pouquíssimos os exemplos de substituição de professores deficientes. A mesma revista *Veja*, na edição de 6 de abril de 2011, sob o título 'Trincheiras de Bom Ensino', apresentou duas escolas públicas do Rio de Janeiro, situadas em áreas pobres dominadas por criminosos, como exemplo de que é possível superar adversidades. Na primeira, com nota 6,4 no Ideb, a diretora está no cargo há 26 anos; na segunda, com nota 7,2 no Ideb, a diretora está há 23 anos no comando da escola. A matéria conclui: 'As diretoras são capazes de manter uma equipe de professores fiel ao propósito de elevar as chances dos estudantes e, quando necessário, têm conseguido livrar-se dos menos eficazes - sem dar espaço à habitual condescendência.'

Alguém em Santa Catarina conhece alguma escola pública cuja equipe diretiva tenha permanecido no cargo por mais de quatro anos? Como alcançar uma educação de qualidade, se a nomeação dos dirigentes escolares se move por critérios essencialmente políticos? Até quando?

Genericamente, tem-se como verdadeira a premissa de que a qualidade da educação é uma condição inerente às populações de renda mais elevada. Mesmo que essa premissa possa ser tomada como verdadeira, ela não é exclusiva, ou seja, o fato de determinadas populações não possuírem renda elevada, não significa que elas não possam alcançar uma educação de qualidade. A rigor, a qualidade da educação depende da escola e não do seu entorno.

Já fiz menção a uma escola localizada numa das favelas do Rio de Janeiro, numa área absolutamente

carente e dominada pelo crime organizado, que alcançou na última avaliação do Ideb nota 7,2. Para melhor avaliar o significado de uma nota 7,2, no Ideb de 2009, basta dizer que naquela avaliação nenhuma escola da rede estadual de ensino de Santa Catarina alcançou tamanha *performance*.

Nas séries iniciais do ensino fundamental, a nossa maior nota foi 6,7, alcançada por uma escola de São Bento do Sul; nas séries finais, a maior nota foi 6,0, alcançada por uma escola de Lacerdópolis. Parece desnecessário dizer que esses dois municípios não se incluem entre aqueles de renda mais elevada do estado.

Algo semelhante foi observado também na edição de 2009 do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes, promovido pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE -, que tem como objetivo avaliar a qualidade da educação de jovens de 15 anos. Nas edições anteriores, os primeiros lugares sempre foram ocupados por estudantes de países ricos, como a Finlândia, a Coreia do Sul, o Japão e o Canadá. Mas a edição do Programa de 2009, da qual participaram 65 países, rompeu as tradições e a premissa. Os primeiros lugares em cada uma das áreas objeto de avaliação foram ocupados por jovens da província de Xangai, na China, que têm uma renda *per capita* ao redor de US\$ 11 mil. Na avaliação da área de leitura, a Coreia do Sul, com renda de US\$ 21 mil, ficou em segundo lugar; a Finlândia, com renda de US\$ 44 mil, ficou em terceiro lugar, e Singapura, com renda semelhante, alcançou a quinta colocação. Países com renda semelhante a Xangai alcançaram resultados bastante inferiores: a Turquia ficou em 41º lugar, a Rússia, em 43º, o México, em 48º e o Brasil, em 53º.

Para melhor compreender a brilhante *performance* educacional da província de Xangai, o especialista em educação Gustavo Ioschpe foi até lá. Seus relatos estão publicados na revista *Veja*, edições de 21 de dezembro de 2011 e 4 de janeiro de 2012.

O especialista em educação Gustavo Ioschpe relatou para a revista *Veja* o resultado das suas pesquisas sobre o sistema educacional adotado pela província de Xangai, na China; preliminarmente, importa considerar que não há como comparar a tenacidade dos estudantes chineses e a participação das respectivas famílias no processo educacional com o que ocorre em Santa Catarina. São mais de cinco mil anos de cultura, de tradição e de superação de dificuldades, contra pouco mais de 200 anos do nosso processo de colonização. Mas a revista destaca algumas práticas adotadas em Xangai, que podem perfeitamente ser aplicadas em nosso estado. E vou citar alguns exemplos.

. Cada professor faz parte de três grupos de estudo. O primeiro grupo, com reuniões semanais, é integrado pelos professores da mesma escola que ensinam a mesma disciplina para a mesma série; o segundo, com reuniões quinzenais, é integrado pelos professores da mesma disciplina de todas as séries da escola; o terceiro, também com reuniões quinzenais, é integrado pelos professores da mesma disciplina de todas as escolas do respectivo bairro.

. Cada turma de alunos tem um professor principal, responsável por conhecer os pais dos alunos e resolver conflitos ou apurar faltas.

. As piores escolas têm sua administração substituída por profissionais das melhores escolas.

. É obrigatório um exame médico anual para todos os alunos.

. As aulas têm duração de 40 minutos com intervalos de dez minutos, período que é utilizado pelos alunos para exercícios de relaxamento e de respiração.

. Os 'deveres de casa' são iniciados a partir do 3º ano e ocupam uma hora e meia por dia, com uma gradual ampliação até três horas por dia, ao final do ensino médio.

. Os melhores professores de cada disciplina recebem prêmios em suas escolas e depois competem com os melhores da cidade, da região e do país.

. Para ganhar mais, o professor tem que mostrar competência e aumentar suas horas de treinamento.

. Ninguém chega a diretor de escola sem curso de administração escolar.

. É adotado um currículo nacional, pois assim os professores sabem o que têm de ensinar aula após aula e que competências o aluno deve dominar ao fim de cada bimestre.

Parece claro que para adotar essas práticas não são necessários cinco mil anos de cultura. Basta apenas disciplina, dedicação e amor à educação.

Sr. presidente e sras. e srs. deputados, com este pronunciamento encerro minhas observações a propósito do tema educação de qualidade. Penso que cumpro com a minha obrigação de alertar esta Casa e, principalmente, os governantes e os gestores educacionais de Santa Catarina quanto ao abismo que separa a qualidade da educação da nossa escola pública daquela almejada pelas milhares e milhares de famílias que possuem filhos ou dependentes matriculados nas escolas públicas de Santa Catarina.

Não vamos iludir-nos: comparar a educação de Santa Catarina com a do Brasil é separar o menos ruim do pior. Mesmo que os atuais alunos vivam em Santa Catarina e sejam, no futuro, cidadãos catarinenses, eles vão conviver com um mundo cada vez mais complexo, cada vez mais competitivo, cada vez mais explorador das deficiências alheias. A dinâmica da economia que move os países mais ricos do mundo não surgiu ao acaso; ela foi precedida de processos educacionais centrados na incessante busca da qualidade. Se não evoluirmos na qualidade da nossa educação, seremos sempre um estado periférico, sujeito a toda espécie de exploração de que são vítimas as economias mais pobres.

Educação de qualidade não é responsabilidade apenas dos gestores educacionais. É responsabilidade de todos. Tanto da sociedade quanto dos demais homens públicos que exerçam qualquer espécie de liderança. Nós, os políticos, achamos normal que o secretário da Fazenda seja

alguém da mais irrestrita confiança do governador, mas não aceitamos que o secretário da Educação seja escolhido fora das indicações da coligação partidária que dá sustentação ao governo. Do ponto de vista estratégico, o que é mais importante: gerir as finanças públicas ou preparar o futuro das gerações que nos sucederão?

Nós, políticos, lutamos para que as administrações escolares estejam vinculadas à força política que integramos, mas não lutamos para que aquela escola que nos é simpática avance nos seus indicadores de qualidade. Aliás, sequer sabemos quais são os seus indicadores de qualidade. E, pior que tudo, não nos damos conta de que a qualidade da educação começa com uma eficaz gestão escolar.

Longe de mim a desesperança, mas me aflige constatar que o sistema educacional de Santa Catarina, especialmente aquele inerente à escola pública, pouco evoluiu em matéria de qualidade, desde o tempo em que, pela primeira vez, fui prefeito de Criciúma, ainda nos anos 70 do século passado. Está na hora de usarmos toda nossa força política em favor de uma educação de qualidade em Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Queremos anunciar a presença neste plenário do chefe-de-gabinete do presidente da Câmara Municipal de Joinville, sr. Lademir Schatzmann, a quem damos as boas-vindas.

Passaremos ao horário destinado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, os primeiros minutos eram destinados ao PT que, no entanto, fez uma troca com o PSD.

Assim, com a palavra o sr. deputado Darci de Matos por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, srs. deputados, quero saudar todos os presentes e de forma efusiva e especial os vereadores joinvilenses, legítimos representantes da maior cidade de Santa Catarina, além do presidente da Acij, dr. Udo Döhler, da Ajorpeme,

Gean Marcos Dombroski Corrêa, do representante da Comac e do presidente do CDL, Carlos Grendene. Saúdo ainda, sr. presidente, a imprensa.

Quero dizer que fizemos uma reunião com o presidente desta Casa, deputado Gelson Merisio, e Joinville, a maior cidade do estado, vem, depois de muitos anos, ao Parlamento catarinense pedir socorro, pedir ajuda para que possamos, humildemente, manter com as portas abertas o Corpo de Bombeiros Voluntários, uma instituição que surgiu há 120 anos, que faz parte da história da nossa cidade desde quando era um pequeno vilarejo. Não tínhamos o Corpo de Bombeiros Militar, o estado era muito pequeno, muito frágil, e a cidade de Joinville começava a crescer com força.

Portanto, os germânicos e caboclos que compunham a nossa cidade se uniram, organizaram-se e, espontaneamente, sr. presidente, criaram uma pequena corporação que se chamou Corpo de Bombeiros Voluntários, destinada a cuidar do nosso pequeno vilarejo.

Diz a história, sr. presidente, que quando Joinville foi invadida por jagunços nas imediações do mercado público municipal, foi o Corpo de Bombeiros Voluntários de Joinville que a defendeu, cumprindo seu papel na segurança pública.

Mas hoje essa corporação está no banco dos réus, está sendo inquirida, está sendo provocada, está sendo atacada. E, como dizia o presidente Moacir Tomazzi, queremos saber onde erramos, o que há de errado com o Corpo de Bombeiros Voluntários de Joinville para ser tratado dessa forma por muitos segmentos do estado.

Estamos aqui para dizer que essa PEC que está tramitando na comissão de Constituição e Justiça não é contra o Corpo de Bombeiros Militar - e estão espalhando essa inverdade, essa maldade -, porque essa PEC mantém o seu excepcional trabalho em Santa Catarina, que funciona em Florianópolis, Blumenau, Criciúma, São Bento do Sul e por aí fora. Essa PEC apenas mantém as Corporações de Bombeiros Voluntários com as portas abertas em Santa Catarina.

O eminente e respeitado deputado Sargento Amauri Soares, na parte da manhã, na comissão de Constituição e Justiça, em tom de ironia citou Joinville, dizendo: "A república dos deputados estaduais, que acham que são federais, quer fazer a legislação federal". Muito nos honra fazer parte da república de Joinville, porque somos a maior cidade de Santa Catarina, porque ajudamos a sustentar o estado de Santa Catarina e vamos continuar defendendo o nosso estado, deputado Sargento Amauri Soares, vamos continuar defendendo a nossa cidade, sobretudo a iniciativa voluntária, espontânea dos Bombeiros Voluntários, que prestam serviços e que salvam vidas há mais de 100 anos.

Estamos aqui para dizer a v.exa., sr. presidente, e à população catarinense que o Corpo de Bombeiros Voluntários de Santa Catarina recebe do governo do estado R\$ 2 milhões todos os anos. E pasmem, senhores, neste ano não recebemos ainda um centavo sequer. Falamos com o governador Raimundo Colombo e certamente vamos receber.

Não gostaria de divulgar aqui os números, deputado Sargento Amauri Soares, mas o Corpo de Bombeiros Voluntários recebe R\$ 2 milhões e atende a um terço da população do estado; já o Corpo de Bombeiros Militar tem um custo de R\$ 129 milhões e atende a 55% da população.

É uma questão de racionalidade, de custo, de bom senso que os militares continuem atuando nos municípios que já estão e que se instale nas 170 cidades que não têm nenhum tipo de corporação os Bombeiros Voluntários.

Agora, não vamos permitir de forma alguma, deputado Nilson Gonçalves, que o Corpo de Bombeiros Militar queira instalar-se na cidade de Joinville, de São Francisco do Sul, de Caçador ou de Concórdia, enfim, nas cidades onde os Bombeiros Voluntários estão atuando. Por que o desejo, a vontade, a ânsia, a angústia de se instalarem na maior cidade de Santa Catarina? Para prestar serviço ou é por conta da arrecadação de R\$ 0,47 por metro quadrado das nossas empresas?

Queremos e vamos lutar até o fim na comissão de Constituição e Justiça. E se perdermos naquela

comissão, vamos trazer essa PEC para o Plenário, para que ele, de forma soberana, democrática, autônoma, possa deliberar para que possamos, enfim, manter aquilo que está dando certo, que é o trabalho dos militares e dos voluntários em todo estado de Santa Catarina, salvando vidas do povo catarinense.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Nobre deputado, há uma iniciativa considerada meio salomônica para resolver a situação. Há uma discussão, e aguarda-se, inclusive, por parte do Ministério Público uma alternativa, até porque foi pedido àquele órgão que fizesse alguma coisa nesse sentido.

Mas é bom que fique registrado que essa não será a solução para o Corpo de Bombeiros Voluntários de Santa Catarina, pois se essa PEC não for aprovada, será a mesma coisa que tirar o oxigênio de um doente dentro de um hospital, ou seja, vai morrer aos poucos por falta de ar, por falta de verba. É isso que vai acontecer em Santa Catarina com os Bombeiros Voluntários.

É bom que se frise que não estamos aqui na Assembleia Legislativa estabelecendo uma guerra entre militares e voluntários. Ninguém está fazendo nesta Casa uma confrontação, pelo contrário! Queremos apenas e tão somente a sobrevivência digna do Corpo de Bombeiros Voluntários de Santa Catarina.

Recebi, sim, muitos ofícios, muitos deles dizendo que essa PEC vai acabar com o Corpo de Bombeiros Voluntários de Santa Catarina. Isso não é verdade! Não tem nada de verdade nisso. A verdade é que queremos a aprovação da PEC para que tenhamos os Bombeiros Voluntários de Santa Catarina trabalhando e fazendo aquilo que tradicionalmente fazem desde antes da criação dos Bombeiros Militares.

Estou-me sentindo muito confortado hoje, deputado Darci de Matos, porque estou vendo essa comitiva enorme de Joinville mostrando que a

grande cidade de Santa Catarina tem voz e presença ativa, sim, e está aqui hoje de corpo presente mostrando que estamos vivos.

Muito obrigado, deputado!

O Sr. Deputado Neodi Saretta - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Nobre deputado, rapidamente para não tomar muito do seu tempo, mas não poderia deixar de fazer um aparte para parabenizá-lo e cumprimentar a delegação de Joinville. E falei ainda hoje com o prefeito Carlito Merss, que me pediu informações e está chegando à Assembleia Legislativa.

Gostaria também de fazer uma referência não só a Joinville, mas faço a essa cidade por deferência, por ser o maior município do nosso estado e pela presença da sua delegação, mas a todas as cidades que têm Corpo de Bombeiros Voluntários em Santa Catarina que fazem um trabalho excepcional, mas que poderão ficar impedidas de fazê-lo.

São 125 anos em Joinville, 32 em Concórdia, muito anos em Jaraguá do Sul e em outras cidades. Então, acho que precisamos, efetivamente, encontrar uma saída jurídica, legal, e é esta Casa que pode encontrá-la.

Portanto, estamos juntos nessa luta para encontrar uma alternativa viável.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Agradeço os apartes dos nobres deputados.

Sr. presidente, encerro, afirmando que em algumas áreas o estado, infelizmente ou vergonhosamente, é omissos. Senão, vejamos. Na educação especial, as Apaes é realizam o trabalho; muitos centros de educação infantil são comunitários e ajudam os municípios; e na atividade dos bombeiros, a iniciativa privada também dá o exemplo.

Deputado Edison Andrino, v.exa. que é líder do governo, saiba que levaremos esse assunto ao governador e pediremos nada mais do que a aprovação da PEC, para que possamos manter o Corpo

de Bombeiros Militar atuando e o Corpo de Bombeiros Voluntários com as portas abertas, salvando vidas em Joinville, no estado de Santa Catarina, no Brasil e no mundo, porque existe modelo funcionando excepcionalmente em muitos países.

Muito obrigado!

(Palmas das galerias)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Aldo Schneider, por até 17 minutos.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, é com satisfação que voltamos à tribuna deste Parlamento para, numa tarde muito especial, comemorar o aniversário de uma das agremiações partidárias que mais contribuiu para a melhor qualidade de vida da gente catarinense e brasileira.

(Passa a ler.)

"No dia de ontem, o PMDB reuniu em Florianópolis sua bancada estadual, os representantes do partido no Congresso Nacional e a executiva catarinense, com o objetivo de debater estratégias de ação e conversar sobre o cenário pré-eleitoral, já que em outubro teremos eleições municipais, que fazem parte da vida democrática, que é a principal razão da existência da nossa agremiação partidária.

Reunimos muitas lideranças peemedebistas, antes de tudo, para festejar o aniversário do partido, que na data de ontem, há exatos 46 anos, constituiu seu primeiro gabinete executivo regional, dando início à trajetória desta que é a mais longeva instituição partidária da história recente de Santa Catarina e do Brasil.

O PMDB é o maior partido brasileiro, o de mais longa atividade, aquele que sempre manteve a chama acesa dos ideais democráticos. Surgiu à época da ditadura militar, reunindo os que se opunham ao regime e lutou para derrubá-lo, lançando

candidatos no Colégio Eleitoral e liderando a campanha das Diretas-Já. Elegeu o primeiro presidente civil pós-1964 e comandou a tarefa de escrever a nova Constituição.

A história do MDB, depois PMDB, confunde-se com a história do Brasil. Nosso partido foi o principal responsável pela redemocratização do país e desde a sua fundação, em 1966, adotou a diretriz da luta contra a ditadura então vigente.

O 'manda-brasa', como se tornou conhecido, também passou a defender importantes bandeiras, como o municipalismo, com a valorização do local em que se vive, e a descentralização administrativa e desconcentração do poder.

São identidades que fortaleceram o partido e fizeram do PMDB a maior agremiação política brasileira, que tem grandes bancadas no Congresso Nacional, mais de mil prefeitos em nosso país, milhares de vereadores.

O PMDB fez história em Santa Catarina e no Brasil. Revelou os governadores Pedro Ivo Campos, Casildo Maldaner, Paulo Afonso, que nos honra com sua presença, Luiz Henrique da Silveira e Eduardo Pinho Moreira, senadores, deputados federais e bancadas sempre atuantes nesta Assembleia Legislativa.

O nosso PMDB nunca abriu mão de suas tradições democráticas, políticas públicas que visam ao bem-estar da população, mantendo bandeiras como as da desconcentração do poder e do municipalismo.

Hoje, um dia de festa, prestamos homenagem ao partido e a todos os que fizeram e fazem sua história, a iniciar por Doutel de Andrade, primeiro presidente da executiva estadual, também composta por Laerte Ramos Vieira, Genir Destri, Henrique de Arruda Ramos, Walter Ziguelli, Haroldo Ferreira, Paulo Macarini, Rodrigo Lobo, Evilásio Caon, Walmor de Oliveira e Germano Amorim.

A todos o nosso devido reconhecimento!

Aqui nesta Assembleia, já no ano seguinte ao da fundação do partido, formamos uma primeira bancada com dez deputados: Genir Destri, Pedro Ivo Campos, Evilásio Caon, Fausto Brasil, Nilo Bello, Manoel Dias, Evilásio Vieira, o Lazinho, Ivo

Knoll, que ainda frequenta esta Casa, Waldir Buzatto, que era conhecido como Bugre Velho, Carlos Büchele e Lourenço Brancher.

Tivemos em nossa bancada também importantes tribunos e podemos destacar alguns que exerceram a liderança do PMDB, como Murilo Canto, Lauro André da Silva, Cid Pedroso, o nosso senador Casildo Maldaner, Geovah Amarante, Roberto Motta, o Motinha, Iraí Zílio, Paulo Afonso Vieira, João Matos, Miguel Ximenes, o hoje desembargador João Henrique Blasi, o atual conselheiro do Tribunal de Contas Herneus de Nadal e os nossos atuais deputados federais Rogério Peninha Mendonça e Ronaldo Benedet.

Entre os atuais integrantes da bancada, temos dois que já experimentaram a responsabilidade de exercer a função de líder do PMDB, que são os deputados Antônio Aguiar e o nosso mais vezes líder Manoel Mota.

Temos a figura histórica de Edison Andrino, agora líder do governo, um fundador do MDB em Florianópolis, primeiro prefeito eleito depois do golpe militar de 1964, companheiro também de longa data do também ex-prefeito da capital e ex-deputado, que aqui nos honra com sua presença, Aloísio Acácio Piazza. Todos fizeram história porque o PMDB fez e faz história no Brasil e em Santa Catarina.

Somos de um partido que já foi marcado a ferro e fogo, que foi berço das Oposições num período difícil da história não tão distante, um partido que derrotou um regime autoritário e construiu a democracia, que sempre defendeu a liberdade e a autonomia nacional, que somente mudou o nome e acrescentou um 'P' à frente do velho MDB porque uma manobra política assim o exigiu, e aquela era uma tentativa de enfraquecer o MDB, mas abriu espaço para o fortalecimento da democracia e o surgimento de outras siglas políticas no cenário brasileiro.

Somos do PMDB de vultos nacionais como o foram Teotônio Vilela e Ulysses Guimarães, o nosso grande timoneiro, que coordenou os trabalhos da

Constituinte que editou a Carta Magna em vigor desde 1988.

Somos o PMDB que em Santa Catarina empunhou a bandeira do municipalismo, certo de que é no município que as pessoas vivem. O PMDB que sempre primou pela força de sua grande militância, razão de sua força e de sua vida longa, que hoje é motivo de festa, quando comemoramos 46 anos de atividades.

Somos um partido que sempre contou com a força da mulher, representada em nossa bancada pelas deputadas Dirce Heiderscheidt e Ada De Luca.

Convidamos para nossa singela confraternização a primeira mulher que presidiu nosso diretório estadual, Anita Pires, que somente não pôde estar presente devido a compromissos profissionais. Da mesma forma, não temos conosco a professora Zuleika Mussi Lenzi, porque cumpre repouso recomendado por seu médico.

Temos aqui guerreiras que saem às ruas, empunham a nossa bandeira, como a presidente do PMDB Mulher de Florianópolis, Rosane Mattos, a presidente estadual Maria Darci Mota Beck, a sempre senadora Selma Elias Westphal, a dona Ivone Maldaner e a dona Eliane Vieira, que foram primeiras-damas do estado, as nossas queridas Lúcia Stefanovich, Laine de Nadal, Marilu Aguiar e Neiva Titon.

Portanto, esse é um partido que muito nos orgulha, por tantos que dele fazem parte, homens, mulheres e jovens. Esse é um partido que está no coração do Brasil e de Santa Catarina, razão de nossa atuação neste Parlamento."

Faço essa manifestação em nome da bancada do PMDB, em nome dos meus colegas deputados e deputadas.

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Pois não!

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Deputado Aldo Schneider, quero cumprimentá-lo, parabenizá-lo e agradecer-lhe o aparte.

Quero parabenizá-lo pelo seu pronunciamento e, acima de tudo, quero dizer que é uma alegria, um

prazer poder estar aqui neste dia como deputado estadual.

Lembrei-me, quando ouvi v.exa. mencionar os pioneiros do partido, do primeiro deputado eleito pelo partido em Concórdia, o deputado Carlos Büchelle. No segundo mandato, deputado Neodi Saretta, ele não conseguiu assumir, deixou-nos e partiu para outra vida. Mas foi uma liderança que teve coragem e persistência. O município de Concórdia era um município onde a Arena era muito forte, onde os militares tinham uma força muito grande, mas o dr. Carlos Büchelle teve a coragem de fundar o MDB. Tenho orgulho de dizer que junto com ele estava meu pai, que hoje também já não está entre nós, mas essas pessoas precisam ser reconhecidas.

O nosso partido pode ter defeitos, como os têm todos os partidos políticos, mas temos uma história da qual nos orgulhamos, deputado Valmir Comin, da qual gostamos de falar.

Por isso, respeitando todos os partidos, não posso deixar de registrar nesta Casa aquilo que conseguimos fazer para dar uma melhor qualidade de vida para o nosso povo, tornando esta nação uma país mais democrático.

Parabéns, deputado Aldo Schneider! Parabéns, PMDB!

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Agradeço a intervenção de v.exa. e com certeza sua manifestação fará parte dos anais da história dos 46 anos do PMDB.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Concedo um aparte ao deputado Manoel Mota, que por muitos anos teve o privilégio de ser o líder da nossa bancada neste Parlamento

O Sr. Deputado Manoel Mota - Quero cumprimentar o eminente deputado Aldo Schneider, agora líder da maior bancada do Parlamento de Santa Catarina.

Tive o orgulho e a honra de me filiar em 1970. Criamos o partido em Araranguá, em 1970, e fui um dos primeiros a filiar-se no antigo MDB.

Participei de todos os movimentos das Diretas-Já, porque se destinavam a buscar a liberdade de expressão, porque as pessoas não podiam ir à tribuna dizem o que pensavam. Enfim, fizemos todos os movimentos possíveis.

Sempre balizei minha vida na trajetória de alguns mestres, como Ulysses Guimarães, Tancredo Neves, Teotônio Vilela, Pedro Simon, Luiz Henrique da Silveira, Pedro Ivo Campos e tantos outros nomes de expressão, que fundaram o MDB. Nunca fui filiado a outro partido, só ao MDB, depois PMDB. Estou no sexto mandato e tenho orgulho de ter um partido que expressa a voz do povo, porque ouve a voz do povo. Por isso somos o maior partido do Brasil!

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Muito obrigado, eminente deputado Manoel Mota, por sua manifestação. De fato v.exa. é um líder e é a história viva do PMDB.

O Sr. Deputado Edison Andrino - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Concedo um aparte ao líder do governo, primeiro prefeito eleito de Florianópolis depois volta das eleições diretas às capitais.

O Sr. Deputado Edison Andrino - Deputado Aldo Schneider, cumprimento v.exa. e faço referência a algumas pessoas que aqui em Florianópolis e em Santa Catarina plantaram a semente da democracia: Aloísio Piazza, que se filiou comigo em 1966; Murilo Magno Vieira, que já faleceu, irmão do nosso deputado Marcos Vieira; Pedro Medeiros, que foi meu vice-prefeito; Amauri Cabral Neves; Abelardo Blumemberg, o famoso Avez-Vous; Germano Amorim; Saulo Vieira; Dejandir Dalpasquale, que faleceu recentemente e foi o primeiro prefeito do PMDB, porque foi eleito pelo PTB e teve um ano para trocar de partido. Temos também Nelson Wedekin, Jaison Barreto, Dirceu Carneiro que implantou a força do povo, em Lages, Juarez Furtado e tantos companheiros que fizeram a grandeza do PMDB catarinense.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Muito obrigado, eminente deputado Edison Andrino.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Concedo um aparte ao futuro prefeito de Lages, deputado Elizeu Mattos.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - As pessoas até comentam que o PMDB faz parte da história do Brasil, deputado Aldo. Eu vou mais além, a história mais recente do Brasil passa pelo PMDB. O PMDB foi o protagonista da redemocratização. E comentava agora com os companheiros do PT, que através da redemocratização o PMDB deu as condições para que um operário chegasse a presidente do Brasil.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Agradeço a manifestação do nosso deputado Elizeu Mattos e incorporo ao nosso discursos todas as manifestações dos companheiros e companheiras.

Aproveito a oportunidade para convidar os colegas parlamentares, a imprensa, a comunidade em geral para se dirigirem à sala de imprensa, onde, dentro de alguns minutos, partiremos um bolo em comemoração aos 46 anos de um partido cuja história se confunde com a história recente do Brasil.

Então, em nome da bancada do PMDB, em nome da bancada federal, em nome das nossas lideranças, quero registrar a presença do prefeito de Florianópolis, Dário Elias Berger, que aqui representa todos os prefeitos do PMDB do estado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Registramos a presença do prefeito de Florianópolis, Dário Elias Berger, do prefeito do município de Joinville, Carlito Merss, e demais prefeitos que se encontram neste recinto.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, temos divergências ideológicas e algumas discordâncias com o prefeito Carlito

Merss, de Joinville, mas queremos registrar a sua presença neste plenário e sua atuação no sentido de apoiar a aprovação da PEC em defesa do Corpo de Bombeiros Voluntários de Joinville e de Santa Catarina. Nesse aspecto, o prefeito Carlito Merss tem tido uma atuação brilhante, juntamente com os deputados petistas desta Casa e com as demais autoridades do estado de Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Nesse aspecto as ideias convergem, não é, deputado Darci de Natos?

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Reno Caramori, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, cumprimento mais uma vez as delegações de Joinville, de Concórdia e de outros municípios que nos visitam.

Deputado Dieter Janssen, deputado Valmir Comin, há 121 anos um grupo de pessoas se reuniu em Joinville e criou lá uma corporação em defesa do povo. O nome não importa. Um grupo de empresários e autoridades criou um órgão porque estava preocupado com a possível perda de vidas caso houvesse algum sinistro. E foi assim que surgiu uma entidade civil chamada Corpo de Bombeiros Voluntários.

Há 41 anos, no município de Caçador, um grupo de empresários e profissionais liberais se reuniu com as autoridades constituídas e criou também uma corporação, senso que os empresários assumiram o compromisso de manter os voluntários nas suas empresas, dispensando-os toda vez que fossem chamados para qualquer emergência.

Da mesma forma, meu amigo Adir João Somariva, surgiu em Concórdia, há quase 40 anos; em Jaraguá do Sul e em São Francisco do Sul, há mais de 40 anos, entidades similares, deputado Valmir Comin, assim como em tantos outros municípios, que se formos enumerar aqui vamos gastar todo o nosso tempo na tribuna com isso.

Já estou nesta Casa há 20 anos. Em 1991, quando aqui chegamos, durante uma viagem a Chapecó com o saudoso governador Wilson Kleinübing, dois medrosos viajando de avião, pegamos uma pequena turbulência e para disfarçar o medo dizia para o Wilson, nem o chamava de governador, que precisávamos rever a situação dos Bombeiros Voluntários, porque em Caçador era preciso aumentar o efetivo e equipá-lo devidamente. "Temos que acertar uma pequena subvenção, alguma coisa", eu disse. Ele me respondeu o seguinte: "Você tem sugestão?" E eu: "Olhe, pelo menos um real por habitante/ano. É o mínimo que podemos fazer."

É realmente criamos essa subvenção. Os anos foram passando, alguns governadores não concordavam não pagavam, mas outros foram sócios beneméritos dos Bombeiros Voluntários.

Dizia o deputado Kennedy Nunes que já está aqui há alguns anos e que as coisas não deram certo. Não é assim. Não quero discordar do deputado, mas realmente por oito anos tivemos problemas nesta Casa, mas de um ano e meio para cá estamos tentando acertar essa situação com concordância do atual governador.

Eu gosto de dar nome aos bois. Quando eu era prefeito de Caçador, o coronel Dória e o secretário de estado da Segurança, coronel Ari Oliveira lá estiveram. Reunimo-nos e eles me perguntaram se eu queria continuar com os Bombeiros Voluntários ou criar uma Corporação de Bombeiros Militares. Eu respondi: "Olha, eu não vou resolver isso, quem resolve isso é a comunidade." Aí ouvimos toda a sociedade, as entidades constituídas e depois de uma longa reunião todos resolveram permanecer com os Bombeiros Voluntários.

Na oportunidade eu disse ao coronel que eu seria parceiro na criação do Corpo de Bombeiros Militar em Videira, onde apenas existia uma brigada junto à Perdigão. Passaram-se alguns anos e foi criada a corporação em Videira.

O que queremos, srs. deputados, é que a sociedade seja beneficiada. Queremos igualdade de condições para os voluntários e militares. E a

sociedade precisa entender que o objetivo não é beneficiar uma corporação ou outra. Os deputados têm responsabilidade com a sociedade, com aquilo votam nesta Casa. A sua atuação aqui é de acordo com o que pensa a sociedade da região que os elegeu. E a nossa preocupação é justamente cuidar da nossa gente. Então, temos que acertar. O Ministério Público não vai resolver o problema, quem deve resolver o problema é o Parlamento catarinense. Nós vamos votar e queremos socorrer o povo.

O Sr. Deputado Valmir Comin - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Pois não!

O Sr. Deputado Valmir Comin - Deputado, quero parabenizá-lo pelo pronunciamento, pois o tema é pertinente e foi exaustivamente debatido na bancada progressista. Até houve algumas divergências de posicionamento, mas entendemos que, no mérito, o Corpo de Bombeiros Voluntários precisa ser enaltecido e mantido e que precisamos dar ao prefeito autonomia para decidir, porque afinal de contas é no município que as coisas acontecem.

Por isso, quero parabenizar v.exa. Não tenho nada contra o Corpo de Bombeiros Militar, muito pelo contrário, mas estamos sempre a favor da sociedade catarinense. Trata-se de uma demanda reprimida existente e precisamos dar adequar a legislação.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Deputado, essa PEC apresentada foi formatada, estudada e discutida com o desembargador João Henrique Blasi à época em que era deputado, com o procurador-geral do Estado, dr. João Martins Neto, com o dr. Nelson Serpa, secretário da Fazenda, e com o dr. Pamploma, grande guru desta Casa na formatação de projetos de lei.

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos

Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra a sra. deputada Luciane Carminatti, por até 12 minutos.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Sr. presidente, srs. deputados, quero cumprimentar, em nome do nosso prefeito Carlito Merss, todas as autoridades que se fazem presentes neste evento comemorativo ao aniversário do PMDB.

Eu brincava com o deputado Dirceu Dresch que, às vezes, temos saudades do MDB de guerra, aquele que tinha um enfrentamento mais ideológico à ditadura, que construiu tantas lideranças que ajudaram, sim, no processo de democratização do país. Mas esse é um debate interno que cada partido com seus limites e seus desafios precisa fazer.

Quero reportar-me hoje, em nome do Partido dos Trabalhadores, a dois temas que são bem atuais e muito importantes. Um é a greve dos professores, que nos tem preocupado muito, embora muitos tenham afirmado que ela greve não existe.

A greve foi declarada pelo conjunto dos servidores e lamentavelmente o secretário da Educação, que até o ano passado era o grande interlocutor da secretaria da Educação com a categoria, neste ano assumiu uma postura intransigente, autoritária, declarando guerra ao Magistério.

Penso que é muito ruim quando um gestor público, sobretudo na área da educação, coloca-se numa postura intransigente e autoritária. Como educadores temos que primar pelo diálogo, pois não há outro caminho que não seja o diálogo. O diálogo é o único caminho possível para garantirmos qualidade de vida, cidadania, democracia e respeito ao contraditório.

Então, queremos, em nome do PT, manifestar o nosso apoio aos professores, aos que estão em greve e aos que também gostariam de estar, mas que por uma série de limites, de imposições, de dificuldades e de medos não podem fazê-lo. Eu falava com a diretora de uma escola, que dizia que simplesmente não pode sequer, não é nem declarar

apoio, fazer vista grossa à greve porque perde o cargo.

Então, aqui entre outro debate, que o debate relacionado ao papel da liderança da diretora de escola, do diretor de escola, diante de sua comunidade. A quem ele serve? À comunidade, aos interesses do governo do momento, aos interesses de um partido? Esse é um debate que temos que fazer.

Quero manifestar o meu apoio e dizer que o plano de carreira foi desmontado. Há índices diferenciados dos que foram apresentados, há prazos longos, até dois anos, e há, sim, percentuais diferentes na tabela. E, mais do que tudo, quem interrompeu o diálogo foi o governo. Quero deixar bem claro isso porque no acordo estabelecido no ano passado, o mês de janeiro de 2012 era o prazo limite para recomposição da carreira do professor.

Esse é um tema que merece a nossa reflexão e a bancada do PT continuará externando todos os dias nesta Casa a sua posição favorável aos educadores. Não importa se são 500 mil, dois mil ou 50 mil, pois quando há um sindicato que delibera, temos que respeitar as instâncias coletivas.

Outro tema que queremos abordar está relacionado à tão falada Segurança Pública em Santa Catarina.

(Passa a ler.)

"No sábado, dia 21, dez presos fugiram da Central de Triagem localizada no complexo prisional da Agronômica, em Florianópolis. Três agentes prisionais foram rendidos. Em Rio dos Cedros mais um ataque ao caixa eletrônico do Banco do Brasil. Ninguém foi preso. No domingo, quatro detentos fugiram do presídio regional de Joinville. Só dois foram recapturados.

Com a exoneração do delegado Monteiro no dia 3 de abril, sob o argumento de uso indevido de diárias (R\$ 1.300,00), fatos mais sérios vieram à tona, e o principal deles foi o desvio de peças automotivas, com o conhecimento da cúpula da secretaria da Segurança Pública de Santa Catarina

Depois que o fato veio a público no dia 9, a

secretaria da Segurança Pública apresentou as provas que incriminavam o delegado Monteiro e justificariam sua exoneração. No dia seguinte, delegados da Deic divulgaram detalhes da investigação de desvio de motores do pátio da secretaria da Segurança Pública em São José. Também no dia 10 de abril, a bancada do PT apresentou requerimento para instalação da CPI do desmante da Segurança Pública no estado.

Em 11 de abril, o secretário adjunto da Segurança Pública, coronel Fernando Rodrigues de Menezes, admitiu que os motores haviam sido retirados de forma irregular do complexo da SSP. Foram afastados dos cargos o tenente-coronel da PM, José Theodósio de Souza Júnior, responsável pelos leilões do Detran, e outros cinco servidores. O tenente utilizava para fins particulares um veículo arrematado em leilão do Detran, circulando com placas frias.

O conjunto dos fatos mais recentes - e de outros ainda sem solução, como a explosão de caixas eletrônicos e o assassinato do vereador de Chapecó, Marcelino Chiarello, entre outros crimes - mostra a fragilidade da Segurança Pública no estado e denuncia problemas de comando em Santa Catarina. Além disso, expõe o conflito gerado pela divisão de forças - de um lado a Polícia Militar e de outro a Polícia Civil - e pela disputa por espaço político.

O governo nega motivação política para o afastamento do delegado, assim como nega que haja intervenção política na Segurança Pública, o que não é aceitável diante do caos que se formou com as sucessivas denúncias envolvendo figuras do alto escalão. Enquanto a crise se desdobra nos gabinetes com punições simbólicas, quem arca com o prejuízo é a população, que não pode contar com um efetivo em número suficiente e bem equipado, bem treinado, bem remunerado.

É por isso que o Partido dos Trabalhadores tomou a iniciativa de colher a assinatura de 14 parlamentares para abrir CPI. Mas esse não será o único caminho do nosso partido, pois sabemos da

dificuldade e do enquadramento dos deputados da base do governo de forma incondicional.

Mas a verdade é que todos os dias estão acontecendo fatos preocupantes, que revelam o conflito existente entre as duas Polícias e a ausência de um comando mais firme que possa dialogar, fazer-se respeitar e administrar adequadamente esses conflitos, que já chegam aos municípios catarinenses e à população em geral.

Tomamos essa primeira iniciativa que é a abertura de uma CPI que pode acontecer e pode não acontecer, porque temos o fator limitante, que é o número de assinaturas. Mas o PT já decidiu que se a CPI não vingar, outras ações serão empreendidas a partir da semana que vem, no sentido de preservar e garantir a devida explicação, pois nos parece que um delegado que foi muito questionado sobre sua conduta moral, imediatamente ser nomeado para outro cargo é, no mínimo, estranho e este governo tem que explicar à sociedade catarinense."

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, passaremos ao espaço destinado ao PDT.

Com a palavra o sr. deputado Sargento Amauri Soares, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, lamento que o deputado Darci de Matos novamente não esteja presente quando vou tratar deste assunto, para tentarmos nos entender, porque algumas coisas que ele fala, com certeza, não são tranquilizadoras para quem está em outra posição política.

Quero apenas citar alguns fatos. Lendo o jornal *ANotícia*, de Joinville, hoje pela manhã, tomei conhecimento de que às 14h deveria estar em meu gabinete porque lideranças haviam marcado comigo lá. Nem eu nem ninguém do meu gabinete sabia disso, mas estava no jornal. Assim como estava publicado no jornal *ANotícia* que seria votada hoje pela manhã, na comissão de Constituição e Justiça, a PEC n. 0001.

Isso é diferente do que está acontecendo em termos de debate e de tentativa de acordo no âmbito deste Poder.

Às 9h10 tive que sair literalmente correndo do meu gabinete para ir para a reunião da CCJ, porque a PEC n. 0001 estava para ser votada, sendo que o pedido não foi feito por este deputado nem por quem defende a mesma posição, de que se fosse postergada a discussão da PEC n. 0001 na CCJ, haveria a tentativa de um acordo no âmbito da comissão de Segurança Pública e do debate entre os Bombeiros Militares e Voluntários. Mas isso parece que foi esquecido. Então, a nossa irritação é porque não se tem tratado com a seriedade mínima necessária essa questão.

Quero cumprimentar o prefeito de Joinville, Carlito Merss, que está aqui e que nesse aspecto tem uma posição diferente da minha. E também quero lamentar que a comunidade de Joinville, as lideranças políticas e empresariais de Joinville não estejam ouvindo-nos, porque a seriedade do debate, a seriedade da discussão, a seriedade dos acordos que se faz neste Parlamento precisa ser respeitada. Ou está-se esperando a possibilidade de um acordo entre o Corpo de Bombeiros Militar e as Corporações de Bombeiros Voluntários junto ao Ministério Público, ou vai-se debater a PEC n. 0001 e votar.

Do ponto de vista deste parlamentar, a PEC n. 0001 já deveria ter sido votada na CCJ no dia 6 de março, até porque, como relator, naquele dia apresentei meu relatório, sim, pela inadmissibilidade! Não foi votada porque a outra parte pediu vistas, porque entendeu que seria derrotada naquele momento. Todas as semanas planeja-se votar, dependendo do quórum na comissão. Por isso hoje, na CCJ, definiu-se o dia 8 de maio como o dia de discussão e votação da PEC n. 0001.

Com relação às outras questões, meus parabéns, e nesse cumprimento não vai nenhuma ironia, pelos 120 anos dos Bombeiros Voluntários de Joinville, pelos 40 de Caçador, pelos 32 de Concórdia. No entanto, usar o argumento de que o Corpo de

Bombeiros Militar é mais novo, não vale e é injusto, até porque essa corporação há cinco anos era ligado à Polícia Militar, era a mesma instituição, e a Polícia Militar tem 177 anos e quando foi criada, em 1835, uma de suas atribuições era o combate a incêndios.

Já falei na CCJ que ninguém e nada vive de vento. O poder municipal, o governo do estado, os empresários e a sociedade de Joinville financiam o Corpo de Bombeiros Voluntários de Joinville. Portanto, vir aqui usar números para dizer que é mais barato? Espera aí! Que estatística é essa? O que está sendo somado para um e não somado para o outro para dizer isso? Porque mesmo que todo trabalho fosse voluntário, ainda assim, há a manutenção e os equipamentos que custam dinheiro!

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que a comissão de Educação, Cultura e Desporto apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 0337/2011; 0351/2011; 0421/2011; 0471/2011; 0475/2011; 0548/2011; 0573/2011; 0610/2011 e 0622/2011, todos de entidades sociais apresentando relatório de atividades referentes ao exercício de 2010.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0550/2011, de autoria do deputado Mauro de Nadal, que denomina David Luiz Sarzi o trecho da SC-492 que liga o município de Barra Bonita à BR-163.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Transportes e Desenvolvimento Urbano.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência comunica que encaminhará ao destinatário, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, a Indicação n. 0170/2012, de autoria do deputado Jean Kuhlmann.

Comunica ainda que defere os Requerimentos n.s: 0416/2012, de autoria do sr. deputado Moacir Sopelsa; 0416/2012, 0417/2012, 0418/2012, 0419/2012, 0420/2012, 0421/2012, 0422/2012, 0423/2012, 0424/2012 e 0425/2012, de autoria do deputado Maurício Eskudlark; 0426/2012, de autoria do deputado Jean Kuhlmann; 0427/2012, de autoria da deputada Luciane Carminatti; 0428/2012, de autoria do deputado Dirceu Dresch; e 0429/2012, de autoria do deputado Nilson Gonçalves.

Srs. deputados, os pedidos de informação deixaremos para votar na próxima sessão, bem como as mensagens de veto do sr. governador, pois não há quórum para deliberação em decorrência do falecimento do desembargador Solon D'Eça Neves, de 63 anos, ocorrido ontem, por volta das 22h30, vítima de enfarte fulminante. Ele era presidente do Tribunal Regional Eleitoral e deixa um exemplo de dedicação à Justiça de Santa Catarina.

Reservado e estudioso, competente, atualizado, marcou presença nos julgados do Tribunal de Justiça e no TRE catarinense. Natural de Tubarão, ingressou na Magistratura em 1975.

Portanto, Santa Catarina está de luto pela morte do presidente do TRE.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Inscrito para falar o sr. deputado Sargento Amauri Soares, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital, no debate anterior eu me referi ao custeio. Uma instituição para funcionar precisa de bombeiros, precisa ter caminhões, precisa ter equipamentos, precisa ter fardamento, precisa ter servidores.

Todos nós sabemos que o bombeiro chamado de voluntário, seja de Joinville, de Concórdia, de Caçador, de Jaraguá do Sul, de São Francisco do

Sul e de outras cidades, tem um conjunto relativamente considerável de servidores profissionais contratados pela CLT e tem também voluntários. De forma que essa instituição tem um custo.

Agora, vir aqui e usar só o dinheiro repassado pelo governo através do Fundo Social e dizer que somente essa quantia é que financia essas corporações estado afora e compará-la com o que o governo gasta para financiar o Corpo de Bombeiros Militar do estado de Santa Catarina inteiro, é um absurdo, é uma comparação distorcida.

Essa forma de usar as estatísticas torna-se, no meu ponto de vista, um atentado, um crime contra a matemática porque, repito, ninguém vive de vento. Mesmo que todos os voluntários fossem efetivamente voluntários, nenhum deles recebesse salário, ainda assim haveria os caminhões, os equipamentos, os fardamentos, o quartel, o combustível, a alimentação.

Então, quem paga esses Bombeiros Voluntários além do dinheiro do Fundo Social, ao qual já me referi? O poder público municipal, a prefeitura, o dinheiro público! Joinville não cobra uma taxa específica para vistoria, mas toda população paga quando pede, quando precisa. Os empresários também contribuem de forma voluntária. Suponho que esse tipo de contribuição seja passível de dedução de algum imposto.

Então, dizer que a corporação de voluntários de Joinville é gratuita ou quase gratuita e que os militares são muito caros irrita quem está ouvindo do outro lado, porque temos que pesar todas essas variáveis.

Mas quero falar daquilo que defendemos de forma muito clara, muito tranquila, muito transparente e é o que mais ou menos falei na última reunião da comissão de Segurança, quando discuti o assunto.

Foram realizadas lá duas reuniões, por sugestão do deputado Kennedy Nunes, com a presença de todas as entidades e instituições. Foram discutidas muitas coisas. Todo mundo falou, todo mundo colocou as armas na mesa e depois as

recolheu para conversar de novo amistosamente. E os bombeiros militares, os bombeiros voluntários e os bombeiros comunitários saíram dali com o compromisso de conversar entre si.

Conversaram com o Ministério Público para chegar a um acordo, e estamos chegando nele. Inclusive, na última correspondência a procuradora Valquíria Danielski, que é quem está à frente dessa questão no Ministério Público, solicita que seja apresentado, até o dia 3 de maio, um trabalho mais ou menos elaborado a respeito de proposta de mudança constitucional e de sugestão de legislação infraconstitucional para solucionar esse problema. E todo mundo que foi ouvido a respeito disso ficou de acordo com essa possibilidade, inclusive manifestando satisfação de que isso se concretize.

Então, se estamos nessa conjuntura não é possível que sempre que alguém sonhe à noite que no outro dia o deputado X, Y ou Z vai quebrar a perna e não estará na CCJ para defender o seu ponto de vista, a PEC n. 0001 possa ser aprovada, se ela foi sobrestada a pedido desse mesmo grupo, para que se pudesse chegar a um acordo. Essas questões evidentemente irritam!

O que defendemos - e aproveito aqui a presença, mais uma vez, do prefeito, lamentando a ausência dos vereadores e dos empresários de Joinville que já saíram - é a possibilidade de uma legislação que garanta aos Bombeiros Voluntários a sua subsistência, a sua sobrevivência, a sua continuidade. E o esboço de proposta apresentado pela procuradora Valquíria Dalnielski trabalha na direção de que os Bombeiros Voluntários possam realizar todas as atividades que estão realizando até hoje, inclusive a de vistoria em obras no âmbito do município.

Essa é a proposta sobre a qual nós, o Corpo de Bombeiros Militar inclusive, estamos chegando a um acordo, desde que se concorde, de outra parte, que ao Bombeiro Militar caberá a atribuição de normatização, fiscalização e, se for o caso, de autuação.

Portanto, dizer ou tentar desenhar a ideia de que aqueles que são contra a PEC n. 0001 querem

acabar com o Corpo de Bombeiros Voluntários de Joinville é propagar uma inverdade, é tergiversar para que diante da pressão política e emocional da maior cidade do estado, com todo o respeito, deputados mudem de opinião a respeito dessa matéria! É isto mesmo, mudem de opinião, porque até ontem, se a PEC tivesse sido votada na CCJ, não se teria maioria para aprovar sequer a sua admissibilidade, da mesma forma como não haveria, em hipótese alguma, 24 votos para aprovar no plenário. Até ontem essa era a conjuntura.

Então, dizer em Joinville, em Concórdia e em outras cidades que somos contra a PEC n. 0001, que queremos extinguir, aniquilar e acabar com os Bombeiros Voluntários dessas cidades é contribuir para a discórdia, é contribuir para que a Assembleia Legislativa seja manietada, é contribuir, inclusive, para que interesses eleitorais nesta eleição de 2012 definam essa discussão neste Poder!

Nós queremos tão somente que todos os Bombeiros Voluntários assumam uma postura de entidade que realiza atribuições complementares às atribuições do estado. Mas o papel de normatizar e de fiscalizar é do estado! Em qualquer outro lugar do mundo, em qualquer outra área, em qualquer outro setor dos serviços públicos no estado de Santa Catarina e no Brasil, o estado, a instituição pública é a responsável pelo setor que normatiza e fiscaliza. Cito aqui a Apae. Quem normatiza as atribuições e as funções dessa entidade? O deputado Dado Cherem, por certo, sabe, pois foi secretário da Saúde. Quem normatiza as atribuições e as funções da saúde complementar dos hospitais privados? É claro que é o estado!

Agora, um deputado vir à tribuna dizer que o Corpo de Bombeiros Militar não tem que ir à cidade de Joinville, não tem que ir à cidade de Concórdia, não tem que ir à cidade de Caçador, desculpe-me, mas é um absurdo! Até parece que essas cidades são repúblicas independentes. Por que cargas d'água o Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina não pode fiscalizar uma edificação na cidade de Joinville?

Tenho muitos amigos na cidade de Joinville e conversando com aqueles que efetivamente trabalham no Corpo de Bombeiros Voluntários de Joinville e nas outras cidades, com aqueles que de forma profissional ou voluntária estão trabalhando para a sociedade, com o nosso aplauso, com o nosso apoio e, inclusive, com dinheiro público, fiquei sabendo que concordam com essa posição. E foi isso que falei hoje pela manhã: eles concordam. Eles querem realizar a função deles, e não tem problema nenhum se o estado, se o Corpo de Bombeiros Militar for a Joinville fiscalizar a segurança das edificações, das obras públicas e dos eventos. Para eles não tem problema nenhum.

E é por isso que tenho dificuldade de entender de onde vem esse sentimento de que tem que aprovar a PEC n. 0001, porque senão acaba com Corpo de Bombeiros Voluntários de Joinville. Deputado Kennedy Nunes, v.exa. sabe que isso não é verdade. Nós queremos uma solução e com a sua contribuição queremos chegar a esse acordo.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Pois não!

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Deputado, estava explicando ali para a imprensa duas coisas: há a fiscalização prévia e a fiscalização que a qualquer momento pode ser feita. Há as duas coisas. Precisamos entender o que é fiscalização prévia. E entendo que na fiscalização prévia a responsabilidade é do prefeito, porque é ele quem dá o "habite-se", isso não pode ser feito por outra entidade. Agora, fiscalização a qualquer momento é papel de quem tem poder de polícia.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - O próximo orador inscrito é o deputado Dirceu Dresch, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, srs. deputados, também cumprimento o PMDB pelos seus 46 anos e quero fazer uma homenagem à história construída por esse partido. Destaco aqui

a sua grande luta pela democratização do nosso país, a luta pela democracia.

Divulgamos, na semana passada, a posição de liberdade de um importante sindicato de trabalhadores catarinenses, o sindicato dos professores, na sua decisão de fazer a greve. Respeitamos essa decisão. Este Parlamento sempre teve uma posição muito clara de espaço de interlocução da sociedade, dos movimentos sociais, dos catarinenses, no momento em que há conflitos. Então, é nessa perspectiva que entendemos que esse Parlamento, a exemplo do que fez no ano passado, precisa posicionar-se quanto ao movimento paredista dos trabalhadores da educação catarinense, que têm, sim, seus motivos para paralisarem suas atividades.

Então, acima de tudo, a nossa bancada, inclusive com o apoio do deputado Sargento Amauri Soares e da deputada Angela Albino, acha que este Parlamento não pode radicalizar no sentido da interrupção do diálogo e tem que continuar fazendo o que sempre fez.

Deixo isso muito claro, bem registrado, e parabênzo a luta, a garra e a força dos trabalhadores em educação de Santa Catarina, que, com certeza, estão olhando para um futuro melhor.

Quero aqui, sr. presidente, registrar que estivemos na última quinta e sexta-feira, na cidade de Tucumán, no noroeste da Argentina, num evento do NOA, formado por seis províncias, onde deputados e senadores dos vários Parlamentos se reuniram.

Registre-se que estão fazendo um excelente trabalho naquela região, onde seis províncias se reúnem e debatem temas comuns entre elas, da mesma forma que nós nos organizamos nos estados para debates temas importantes sobre a saúde, a educação, a infraestrutura, as políticas sociais e outras questões.

Estivemos representando o coordenador do Parlasul, que é uma instância política que reúne os Parlamentos do sul do Brasil, representando também o deputado Silvio Dreveck, juntamente com o deputado Laerte Tetila, do Mato Grosso do Sul. E

lá, sr. presidente, assinamos, em nome desta Casa e em nome do Parlasul, um termo de compromisso abrangendo vários temas entre os dois Parlamentos, ou seja, o Parlasul e o Parlamento do NOA, nessa articulação entre os dois países: o sul do Brasil e o noroeste da Argentina.

Aproveitamos para fazer um debate sobre um dos temas da infraestrutura, a questão ferroviária. Eu, como coordenador da Frente Parlamentar das Ferrovias, fiz uma apresentação da estratégia do Brasil em termos de reinvestimento no setor de transporte ferroviário. Esse é um tema que nos interessa muito e também aos argentinos.

A Argentina, assim como o Brasil, infelizmente, nos anos 70, 80, 90 e no início de 2000, abandonou o transporte ferroviário. O transporte rodoviário tem um custo muito alto para os países da América Latina, principalmente para o Brasil e a Argentina. Então, os parlamentares, senadores e deputados, porque lá as províncias também têm senadores, ficaram muito entusiasmados com essa perspectiva de o Brasil retomar com força o investimento no projeto ferroviário, pois a Argentina também está retomando essa discussão, claro que com muito menos intensidade do que o Brasil, para voltar a investir no setor.

Um dos temas que discutimos foi justamente a integração dos dois países através da ferrovia bioceânica, que faria a ligação dos dois portos do sul do Brasil com a ferrovia da integração, ligando Itajaí/Chapecó/Chapecó/Dionísio Cerqueira, chegando à divisa com a Argentina através de Santa Catarina. Além disso, no futuro ligaríamos com a ferrovia que já existe na Argentina, de Resistência a Antofagasta, no Chile.

Então, esse é um tema que estamos debatendo e no final do mês de maio teremos uma nova reunião em Natal, no Rio Grande do Norte, onde haverá o encontro nacional da Unale, União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais.

Então, foi um encontro bastante proveitoso e, inclusive, aproveitamos para, na última sexta-feira, no final da tarde, quando chegamos a Buenos Aires, fazer uma visita ao Senado da Argentina.

Fomos ao gabinete da presidenta do Senado, que é a esposa do governador da província de Tucumán, discutir alguns assuntos e abrir uma relação de diálogo com o Senado argentino.

Foi uma viagem, sr. presidente, que com certeza valeu a pena pelos temas tratados, pelos acordos e articulações que faremos neste próximo período entre o Parlamento do NOA, que é a região do noroeste da Argentina, com o Parlasul, que é o Parlamento do sul do Brasil. Hoje presidido pelo deputado Silvio Dreveck.

Quero agradecer a esta Casa, à equipe, especialmente à Sônia, que participaram da articulação no país vizinho.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Dado Cherem - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dado Cherem.

O SR. DEPUTADO DADO CHEREM - Quero, em nome da bancada do PSDB, sr. presidente, fazer dois registros.

Primeiramente, quero dirigir-me à família do desembargador Solon D'Eça Neves, manifestando nosso pesar pela sua passagem deste plano. Eu não o conhecia pessoalmente, mas as referências que tenho sobre ele dão conta de que só honrou e dignificou a Magistratura catarinense e, acima de tudo, a Justiça deste estado.

Então, fica aqui, em nome da bancada do PSDB, o nosso registro de condolências à sua família, ao Tribunal de Justiça, por tudo que ele fez em prol da Justiça catarinense.

Quero aproveitar também, sr. presidente, para neste momento, em nome da bancada do PSDB, registrar a nossa alegria pelos 46 anos de existência do PMDB.

Quero lembrar uma pessoa que foi cara a todos nós, Ulysses Guimarães, e na pessoa do líder do PMDB, deputado Aldo Schneider, cumprimentar todos os peemedebistas, notadamente o ex-governador Luiz Henrique da Silveira.

Então, em nome destas três pessoas, deputado Aldo Schneider, líder do PMDB, do saudoso Ulysses Guimarães e de Luiz Henrique da Silveira, quero fazer a nossa saudação e parabenizar o partido por tudo que representa para a democracia e cidadania brasileiras, sr. presidente.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores quero dizer que sentiremos falta do desembargador Solon d'Eça Neves, que presidia o Tribunal Regional Eleitoral e que participou, nesta Casa, da campanha *Laços de Amor* com vistas à adoção tardia. Assim, em nome do PT expressamos os nossos sentimentos de pesar à família do desembargador.

Aproveito também a oportunidade, sr. presidente, para dar os parabéns ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro, PMDB, que completou na data de ontem 46 anos. E cumprimento todos os deputados peemedebistas através do líder da bancada, deputado Aldo Schneider.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sr. presidente, gostaríamos de expressar o nosso apreço por todas as manifestações dos nossos colegas deputados de todas as bancadas com referência à comemoração dos 46 anos do PMDB.

Tivemos a oportunidade, há pouco, de usar a tribuna e ressaltar a importância que o PMDB teve para a redemocratização do Brasil. Mas de uma forma muito carinhosa, queremos agradecer a manifestação de todos os líderes partidários em relação aos 46 anos do nosso partido.

Obrigado, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Não há mais oradores inscritos em Explicação Pessoal.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, agradece aos funcionários que contribuíram para que pudéssemos levar a bom termo esta sessão, às assessoras que atenderam à Mesa Diretora, e convoca outra, ordinária, para amanhã, às 10h, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.